

Corporalidade: um caminho no diálogo entre Estudos Linguísticos e Filosofia

Vitor Paredes (UFMG)

Resumo

Num contexto disciplinar caracterizado por um crescente direcionamento das pesquisas para aspectos cognitivos e sócio-culturais dos fenômenos linguísticos, este texto aponta algumas implicações dessa reorientação investigativa na discussão de temas filosóficos. Tal discussão baseia-se na explicitação das diferenças entre duas abordagens explicativas, aqui denominadas corporalizada e representacionista. Palavras-chave: Corporalidade; Biologia do conhecer; Estudos linguísticos; Filosofia.

Introdução

Atualmente, o campo dos estudos linguísticos exhibe novas feições no que se refere a modelos explicativos e temas de investigação, sendo o próprio conceito de *linguagem* discutido e redefinido por

vários pesquisadores. Afastando-se da tradição formalista de análise – tanto na vertente dos diversos estruturalismos caracterizados pela exclusão do sujeito quanto na perspectiva gerativa voltada unicamente para o domínio mental do sujeito – vem-se configurando um crescente interesse sobre os processos de significação, ou seja, os processos pelos quais as ações (vocalizações, gestos, escrita etc.) de uma pessoa afetam a experiência, pensamentos e ações de seu(as) interlocutor(as). De maneira geral, podemos dizer que se tem investigado instrumentos para compreender as relações de fenômenos lingüísticos com processos cognitivos e sócio-culturais, constituindo uma “revisão da agenda dos estudos da linguagem” (SALOMÃO, 1999).

Tais mudanças têm reflexos na própria interação desse campo de estudos com áreas disciplinares como a neurofisiologia, psicologia, antropologia e filosofia. No que diz respeito a esta última, as implicações dessa reorientação atingem principalmente os debates agrupados no que se convencionou chamar de filosofia da linguagem e filosofia da mente.

Um dos caminhos explicativos seguidos por pesquisadores contemporâneos parte da consideração dos sujeitos humanos como seres vivos, entendendo suas habilidades cognitivas, mentais e comunicacionais como fenômenos biológicos resultantes de sua existência como sistemas físicos em contínua interação com seu ambiente humano e não-humano. De diferentes maneiras, essa compreensão tem sido chamada por alguns de *corporalizada* ou *incorporada* (*embodied*; ver por exemplo FOLEY, 1997; LAKOFF & JOHNSON, 1999; LAKOFF & NÚÑEZ, 2000; INGOLD, 2000; VARELA et alii, 2003). Um sistema conceitual oriundo da biologia utilizado como instrumento para essa tarefa é a Biologia do Conhecer, sistematizada por Humberto Maturana e que ficou conhecida principalmente por suas publicações conjuntas com Francisco Varela (ver por exemplo MATURANA & VARELA, 2001 [1984] e 1997 [1973]). Um de seus principais trunfos é a peculiaridade de conjugar, no mesmo modelo explicativo, definições conceituais para fenômenos usualmente estudados por disciplinas distintas, o que se tem mostrado produtivo para investigações relativas a fenômenos de linguagem, como evidenciam trabalhos de diferentes autores (HERRUSTEIN-SMITH, 1988; BECKER, 1988 e 1991; MAGRO, 1996, 1997 e 1999; FOLEY, 1997). Por esse motivo, será aqui utilizado como base conceitual para explicitar as características de uma abordagem que toma linguagem e cognição como fenômenos biológicos. Essa ferramenta teórica permitirá compreender que o que se pode conotar pela menção à corporalidade ou incorporação é a modulação fisiológica que ocorre de maneira congruente com nossa história de interações, sem implicar que a linguagem ocorra *nos* corpos dos falantes, ou que haja uma “internalização” de elementos provenientes do mundo “externo”, ou ainda que o que se observa seja a incorporação de uma história (MAGRO, 2003).

No que se segue, serão examinadas as principais diferenças entre tal perspectiva e aquela na qual se insere quase toda a tradição dos estudos da linguagem (inclusive várias das tentativas atuais de relacionar fenômenos lingüísticos, cognitivos e sócio-culturais), baseada na noção de *representação mental*. A partir dessa distinção, serão apontadas algumas implicações de uma abordagem corporalizada para o debate sobre as relações entre questões lingüísticas e filosóficas.

1 Corporalidade x representação mental: epistemologias distintas

A Biologia do Conhecer, aqui tomada como matriz conceitual para o exame da concepção corporalizada dos fenômenos lingüísticos, originou-se da necessidade de um modelo explicativo para fenômenos atípicos observados pelo biólogo chileno Humberto Maturana em suas investigações sobre neurofisiologia da visão (MATURANA, 1997 [1992]). Segundo esse pesquisador, fenômenos diversos comumente conhecidos como “ilusões de ótica” não puderam ser coerentemente explicados até que fosse adotada uma nova postura epistemológica denominada *determinismo estrutural*, segundo a qual as transformações pelas quais passa um sistema físico – por exemplo, as que resultam em fenômenos cognitivos num ser vivo – podem ser desencadeadas por suas interações com o meio, mas são determinadas exclusivamente pela maneira como a estrutura do sistema está constituída naquele dado instante (idem, ibidem). Suas interações no meio podem especificar, entre um conjunto de transformações estruturais possíveis em um momento, uma entre todas e de fato desencadear seu acontecimento – mas não têm poder instrutivo, não têm poder para determinar a transformação independentemente da constituição estrutural do sistema. A mudança de caminho explicativo constituída pela adoção do determinismo estrutural posteriormente foi estendida à compreensão de outros fenômenos relativos ao viver humano, sendo que, para efeito da discussão aqui pertinente, interessa explicitar suas conseqüências na reformulação dos conceitos de *cognição*, *linguagem* e *mente*.

1.1 Cognição

Como observadores, falamos de cognição e de conhecimento sempre que observamos uma conduta adequada de um ser no contexto do domínio em que o distinguimos (MATURANA & MPODOZIS, 1997 [1987]). Assim, por exemplo, consideramos que uma ameba se aproxima de uma partícula nutriente e a ingere exercitando capacidades cognitivas que lhe permitem perceber sua presença e se orientar espacialmente em relação a ela. O mesmo se aplica a nossa experiência tátil e visual desta página impressa, e ao fato de a manipularmos adequadamente. A principal questão aqui é: como se constituem tais capacidades cognitivas?

Na história da filosofia e da ciência ocidentais, tem-se procurado responder a esta pergunta supondo que a conduta adequada surge do processamento, no âmbito da estrutura interna do ser vivo, de elementos portadores de características semelhantes às dos elementos presentes no meio, tais como esses são descritos pelo observador. Essa suposição se traduz no conceito de *representações cognitivas*, que seriam objetos mediadores entre o mundo exterior e o interior do organismo. Através dessa mediação, as representações garantiriam o conhecimento “do que está lá fora”, permitindo assim a efetivação de ações adequadas na interação com esse mundo externo. Tal pressuposto fundamenta as reflexões tradicionais envolvendo o uso das noções de *informação* e *percepção*, usadas para compreender os processos cognitivos. A principal orientação seguida nas ciências cognitivas sempre se

sustentou nesse conceito central, sendo a pergunta sobre a explicação da cognição refraseada como variações em torno de “que mecanismos representacionais constituem os processos cognitivos?”¹

Esta forma de explicação parece irresistível a partir de nosso linguajar usual sobre as interações que observamos entre seres vivos e seu ambiente, sejamos nós mesmos, outros seres humanos ou animais de outras espécies. Notadamente, para animais que exibem condutas complexas adequadas em relação a objetos e situações extremamente variados, a noção de representação cognitiva parece ser a resposta natural para explicar tais condutas. O aspecto operacional central à noção de representação é sua participação como elemento que, realizando uma mediação entre o exterior e o interior do ser vivo, garantiria algum grau de isomorfia, ou seja, de semelhanças estruturais, entre processos internos e externos ao organismo. A suposição da existência separada e independente do organismo e do ambiente requer, para a explicação dos fenômenos cognitivos, a criação de conceitos que cumpram essa mediação. De acordo com Donald Davidson, as abordagens dicotomizadoras requerem “intermediários epistêmicos” para solucionar as dificuldades conceituais por elas levantadas; no caso dos fenômenos relacionados à interação entre o indivíduo e o meio (por exemplo, fenômenos cognitivos e lingüísticos) são intermediários epistêmicos clássicos as noções de *informação*, *representação* e suas derivações tais como *esquemas conceituais* (DAVIDSON, 1984 [1974]).

Entretanto, diversos fenômenos evidenciam que a cognição não resulta da captação de elementos provenientes de um mundo externo de existência independente do observador. Muitos, como a visão de cores “que não estão lá” ou a sensação de movimento em círculos concêntricos estáticos em um papel, são conhecidos como “ilusão de ótica” e, surpreendentemente, ao invés de serem tomados como fenômenos anômalos – no sentido empregado por Kuhn (1982) – suscitadores de revisões no modelo explicativo usual, são apontados como curiosidades ou “exceções confirmadoras da regra”. Apesar disso, essas observações experimentais sugerem a utilidade de se buscar mecanismos explicativos que permitam compreender simultaneamente a ocorrência tanto de “percepções” quanto de “ilusões” cognitivas.

Efetivamente, a Biologia do Conhecer fornece uma explicação para isso, ao propor o surgimento da experiência cognitiva não por representação, mas por *configuração*: a constituição de objetos na experiência como resultado de mudanças nas relações de atividade entre os elementos da estrutura física do ser vivo, desencadeadas por perturbações no fluir das interações com o meio externo, mas determinadas pelas características da própria estrutura. Um exemplo experimental relatado por Maturana e Varela (1984) evidencia isso de maneira clara. Um girino cujo olho sofreu uma rotação de 180° por meio de cirurgia tem a possibilidade de regenerar as ligações originais entre as células do nervo ótico e as células da retina. Quando já adulto, esse mesmo sapo exibirá um comportamento curioso: se lhe cobrem o olho girado e uma mosca passa à sua frente e no alto, ele lança sua língua de modo certo e captura a mosca. Se, porém, o olho normal é coberto e o olho girado descoberto, a passagem de uma mosca à sua frente e no alto suscita a reação de lançar a língua para trás e para baixo. A interpretação desse experimento na Biologia do Conhecer é de

que o comportamento de lançar a língua em uma determinada direção não está operacionalmente conectado a uma suposta computação interna envolvendo a localização espacial do objeto “lá fora”, mas decorre de mudanças nas relações de atividade interna à rede neuronal, que ocorrem de maneira determinada pela estrutura da rede. No caso, uma mudança de correlações de atividade em certa região da retina do sapo desencadeará reações motoras cujo resultado é o lançamento da língua em uma determinada direção – esteja o seu olho girado ou não. As relações entre os componentes do seu organismo se mantêm as mesmas que foram moldadas pela evolução filogenética e realizadas ontogenicamente², e é apenas do ponto de vista do observador que o sapo está “errando a pontaria”. Pois, de fato, o organismo do sapo não está apontando para nada alheio a sua estrutura, mas apenas operando mudanças na dinâmica interna das relações entre seus componentes.

Assim, um ser vivo não assimila passivamente informações provenientes de um mundo externo independente de suas operações cognitivas, mas vive experiências cujas características surgem das possibilidades operacionais constituídas pela própria estrutura corporal. Em outras palavras, não se trata de perceber um mundo, mas de constituir, historicamente, experiências cognitivas. De fato, a congruência entre as transformações estruturais do ser vivo e os processos físicos constitutivos do seu meio pode ser compreendida como se constituindo processualmente e de maneira recursiva na forma de reações dinâmicas do sistema operacionalmente acopladas a modificações dinâmicas do ambiente. Nesse sentido, tal congruência efetivamente resulta na estabilização de certas correlações espacio-temporais na dinâmica estrutural do sistema como respostas a correlações espacio-temporais que se dão no meio e que constituem perturbações recorrentes no viver do organismo. É a essa dinâmica de acoplamento que usualmente nos referimos, como observadores, ao dizer que “o organismo conhece seu ambiente” ou “aprendeu algo sobre seu ambiente”. Embora tal processo possa parecer, aos olhos do observador, como resultando da “captura” de elementos ou características do ambiente por parte do organismo, ou da “entrada” e “registro”, no interior do sistema, de representações isomórficas a seu meio, ou ainda da seleção, no interior de um organismo, de neurônios ou conjuntos neuronais que respondem especificamente a certas ocorrências no meio, a configuração de objetos resulta da distinção de correlações entre aspectos da própria experiência, modulados – mas não determinados – pelas interações com “o que está lá fora”.

1.2 Linguagem

No âmbito científico, desde a definição inicial da disciplina linguística e do seu objeto por Saussure, a linguagem tem sido concebida como produto de um dispositivo próprio da essência humana, constituído por um mecanismo portador de um cerne lógico-matemático, que através de operações seguindo regras de combinação definidas produz toda a diversidade de enunciados linguísticos observados. Ao distinguir estritamente *langue* e *parole* e definir a Linguística como sendo o estudo da primeira, o autor apontou como tarefa da disciplina a caracterização de um mecanismo mental abstrato, pressupondo-se

que sua existência era condição necessária para o surgimento dos fenômenos lingüísticos. Roy Harris e Talbot Taylor observam que Saussure parece estar evocando o antigo conceito grego de *logos* (embora não formule a questão nesses termos), já que a noção por ele proposta corresponde a uma estrutura organizacional única que responde simultaneamente pela fala e pela razão humanas (HARRIS & TAYLOR, 1989). Nessa perspectiva, a concepção de linguagem corresponde a um sistema de elementos finitos combináveis entre si segundo um número também finito de regras, gerando um número virtualmente infinito de enunciados. Por definição, esse sistema seria parte integrante da mente humana, e sua compreensão poderia ser inferida através da análise das relações entre os componentes dos enunciados lingüísticos. Saussure, influenciado pela nascente sociologia de seu contemporâneo Durkheim, trata a linguagem como instituição social, o que implicava tomá-la como “coisa” externa e independente da idéia que dela faziam os indivíduos que a expressavam. Assim, após distinguir o par *significante/significado* como pólos constitutivos dos fenômenos lingüísticos, elege o primeiro como objeto disciplinar. Na mesma época, Frege delimitava a semântica propondo-se a tratar o *significado* como valor social, abdicando de qualquer “subjativismo” voltado à dimensão mental da significação (SALOMÃO, 1999).

Na lingüística norte-americana, a conjugação dos procedimentos saussurianos com os princípios teóricos da psicologia behaviorista levou ao surgimento de uma corrente que abdicou da noção de linguagem como produto mental para tratá-la como comportamento e centrar-se na descrição de regras combinatórias de línguas particulares (ver, por exemplo, BLOOMFIELD, 1933). Como reação a essa perspectiva, em meados do século passado Noam Chomsky retorna à concepção mentalista da linguagem e define a investigação lingüística como proposta de revelar as características dos mecanismos mentais subjacentes à produção lingüística efetivamente observável. Considerando a linguagem como uma “faculdade humana [que] parece ser uma verdadeira ‘propriedade da espécie’, variando pouco entre as pessoas” e que “[a] linguagem humana parece estar biologicamente isolada em suas propriedades essenciais” (CHOMSKY, 1998, p.17), Chomsky propôs que o dispositivo mental chamado linguagem é constituído por um mecanismo denominado Gramática Universal (CHOMSKY, 1966), compartilhado por todos os seres humanos. As línguas naturais particulares, nessa perspectiva, consistiriam em distintas manifestações da operação dessa Gramática Universal: “A doutrina central da lingüística cartesiana declara que os traços gerais da estrutura gramatical são comuns a todas as línguas e refletem certas propriedades fundamentais do espírito” (CHOMSKY, 1972, p.75).

O objetivo principal do projeto capitaneado por Chomsky ao longo de décadas consistiu na caracterização da gramática gerativa, entendida como “uma descrição de competência tácita do locutor-ouvinte, subjacente ao seu efetivo exercício na produção e percepção (compreensão) da linguagem” (CHOMSKY, 1972, p.91). Durante muito tempo a pesquisa lingüística buscou principalmente a caracterização dessa gramática, num projeto de âmbito mundial envolvendo a análise de diversas línguas. A observação, em várias dessas línguas, de anomalias sintáticas do ponto de vista dos princípios operacionais

propostos para a gramática gerativa levou a um contínuo movimento de revisão conceitual e sofisticação do modelo. As particularidades apresentadas pelas línguas estudadas levaram a uma proliferação dos mecanismos transformacionais entre “estrutura profunda” e “estrutura superficial”, propostos como explicação para a geração dos enunciados lingüísticos efetivos. Essa complexificação da teoria chegou a tal ponto que, em meados dos anos noventa, Chomsky propôs um “programa minimalista” para enxugar o aparato conceitual de seu modelo (CHOMSKY, 1995).³ Apesar de algumas modificações substanciais em relação ao modelo anterior, os fundamentos continuam inalterados: postula-se, como antes, a existência de uma faculdade lingüística inata e a existência de um componente lógico com regras algorítmicas universais, que gerencia o uso da linguagem pelo indivíduo.

Essa concepção, apesar de sua formulação sofisticada e atualizada em termos computacionais, corresponde, em seus mencionados fundamentos, ao que Roy Harris chama de *o mito da linguagem*, cuja presença na tradição da cultura ocidental remonta a Aristóteles:

[O] mito da linguagem assume que a linguagem é um conjunto finito de regras que geram um conjunto infinito de pares, que tem como um de seus membros uma seqüência sonora ou uma seqüência de caracteres escritos, e como outro seu significado, sendo que o conhecimento de tais regras é o que une os indivíduos em comunidades lingüísticas capazes de intercambiar pensamentos uns com os outros de acordo com um plano pré-arranjado determinado por aquelas regras. (HARRIS, 1981, p.11)

Harris define esse mito como o resultado da conjugação de dois pressupostos: a “falácia da telementação” e a “falácia da determinação”. A primeira refere-se à função da linguagem e afirma que os processos lingüísticos são essencialmente constituídos através da correspondência entre palavras e idéias. Nessa perspectiva, palavras são símbolos que tornam possível a transferência de pensamentos de uma mente a outra, ou a apreensão dos mesmos significados por dois ou mais indivíduos. Ou seja, também aqui está presente a lógica representacional no modelo proposto para a relação entre elementos internos (as idéias presentes na mente da própria pessoa) e elementos externos (as idéias presentes na mente do interlocutor), as palavras operando como símbolos (representações) que efetuam a mediação entre esses dois espaços. Já a “falácia da determinação” refere-se à explicação de como a telementação é possível. Trata-se de um processo entre estruturas idênticas, não em termos físicos, mas mentais: um conjunto fixo de regularidades que tornam possíveis as correlações entre conceitos e símbolos verbais que viabilizam a troca de idéias. A interação entre dispositivos semelhantes operando com um código compartilhado gera a transferência de idéias.

Como aponta Cristina Magro,

[o] pressuposto fundamental nessa tradição, portanto, é que a compreensão mútua é um fato automático e incontestado, graças a esses dois fatores interconectados. O que não é esperado aqui é a interpretação divergente, a incompreensão, tidas como eventos desviantes e indesejáveis quando ocorrem. (MAGRO, 1999, p.169)

Por isso, a explicação da ocorrência de incompreensão nas interações lingüísticas usualmente lança mão de mecanismos adicionais, tais como “ruído no canal de comunicação”. Do mesmo modo, enunciados lingüísticos considerados imperfeitos em relação ao que estabeleceria a gramática mental necessariamente serão entendidos como produtos de uma aplicação defeituosa das regras de produção lingüística pela intervenção de algum fator alheio ao processo, que, portanto, devem ser descartados como material de análise por não permitirem a inferência correta dessas regras. A tarefa do lingüista, dessa maneira, fica praticamente restrita à análise sintática de enunciados considerados gramaticalmente adequados e sem a possibilidade de relacionar fenômenos lingüísticos com processos ocorridos em outros domínios.

O uso da expressão “falácia” por Harris é compreensível quando consideramos, primeiro, que os processos de interpretação lingüística resultam freqüentemente – mais freqüentemente do que faria supor a explicação pela telementação – em entendimentos distintos dos sentidos atribuídos pelo próprio falante, e estão longe de exibir uma homogeneidade inquestionável quando várias pessoas interpretam os mesmos enunciados (pensemos nas diversas interpretações que os alunos de uma turma fazem da “mesma” aula dada pelo professor). Tal concepção dos processos lingüísticos, estruturada em torno do que Michael Reddy (1979) chama de “metáfora do tubo”, mostra-se inadequada para explicar uma freqüência nada desprezível de fenômenos de incompreensão e de divergência interpretativa. Essa insuficiência, tradicionalmente, é solucionada pela proposição de mecanismos distintos para explicar esses outros fenômenos. Porém, segundo o princípio da parcimônia conceitual nas explicações científicas – também conhecido como “navalha de Occam” – é mais desejável um modelo que permita explicar tanto a convergência como a divergência interpretativas como resultados do mesmo mecanismo gerativo.

Em segundo lugar, o uso do termo “falácia” se deve ao fato de que a convergência interpretativa *per se* não pressupõe, em termos lógicos, a semelhança estrutural dos processos próprios ao falante e ao ouvinte. Essa suposição se torna necessária apenas se aceitamos o entendimento mútuo como resultado da “transmissão de idéias” entre as mentes do falante e do ouvinte – e tal concepção é apenas uma das maneiras possíveis de formular a questão. Quando distinguimos “comunicação” entre duas pessoas, sempre estamos nos referindo a uma situação em que essas pessoas desencadeiam-se mutuamente reações comportamentais consensuais. Em termos operacionais, nada nos obriga a supor uma “transmissão de informação” ou um compartilhamento dos mesmos “conteúdos mentais”. Por essa razão, Barbara Herrnstein-Smith (1988) afirma que não existe comunicação no sentido de “tornar comum” algo (por exemplo, “conhecimento”) previamente possuído pelo falante ou no sentido de uma transferência de algo do falante para o ouvinte. Em vez disso, ela vê a comunicação verbal como “interação com conseqüências diferenciais”: cada pessoa age em relação à outra desencadeando reações como interpretações que podem ser convergentes ou não.

É inevitável que haja disparidades entre o que é “transmitido” e o que é “recebido” em qualquer troca simplesmente em virtude dos diferentes estados

e circunstâncias do “emissor” e do “receptor”, inclusive sempre haverá diferenças – algumas vezes bastante significativas – produzidas por suas histórias de vida inevitavelmente diferentes como criaturas verbais. (HERRNSTEIN-SMITH, 1988, p.109)

Corporalidade: um caminho no diálogo entre Estudos Lingüísticos e Filosofia

Se buscarmos compreender os processos lingüísticos como fenômenos observados no domínio de existência de seres vivos estruturalmente determinados, assumindo que os processos cognitivos seguem a lógica operacional antes descrita, fica claro que nada é “transmitido” nem “recebido”. O que acontecem são perturbações mútuas que desencadeiam mudanças cognitivas. Além disso, se atentamos ao que distinguimos operacionalmente quando distinguimos um fenômeno de “sucesso comunicacional” ou “convergência interpretativa”, podemos verificar que o que conotamos com tais expressões são situações em que há uma congruência entre as condutas dos interlocutores, resultando na criação de um domínio consensual relativo a determinados objetos – que podem ser concretos, simbólicos, conceituais etc. A igualdade entre aspectos operacionais dos interlocutores verifica-se no domínio de suas interações com os objetos consensuais, e independe de isomorfia estrutural no domínio de sua constituição interna. Maturana (1997 [1978], p.45) diz:

1. que dois organismos que operam em um domínio consensual possuem domínios de estados idênticos neste domínio consensual, e interação de acordo com uma correspondência estrita entre o comportamento perturbador desencadeante de um e o comportamento desencadeado do outro;
2. que, na medida em que o ponto anterior se mantém verdadeiro, as interações em um domínio consensual podem ser descritas como interações comunicativas.

Nesse sentido, o termo “comunicação” talvez fosse mais bem substituído por “consensuação”. O primeiro costuma ser utilizado para se fazer referência a interações lingüísticas e não-lingüísticas resultantes em consenso e evocar o caráter dialógico de construção desse consenso. Mas, enquanto aquele evoca o domínio mental, o segundo traz à mão o domínio do comportamento interacional humano. É importante enfatizar que, na perspectiva corporalizada de compreensão dos fenômenos lingüísticos, esses constituem um domínio correspondente a *um dos* aspectos operacionais das interações humanas. Para Maturana, tais interações acontecem como *conversações*, ou seja, como um fluir entrelaçado de *linguajar* e *emocionar*, em que cada um desses processos influencia o curso do outro e o comportamento pessoal resultante de sua conjugação está acoplado processualmente ao fluir entrelaçado do linguajar e emocionar da(s) outra(s) pessoa(s). O linguajar é constituído pelo atuar em coordenações consensuais de ações, e o emocionar consiste na dinâmica de disposições corporais que a cada instante definem as transformações estruturais possíveis, determinando assim o domínio de ações em que a pessoa se encontra nesse instante. Aqui, a linguagem é uma designação genérica para o resultado dos processos do linguajar – que são observados no domínio das interações humanas e acontecem inevitavelmente modulados pelo curso seguido pelo emocionar da pessoa durante a interação.

207

Assim, nessa perspectiva, a linguagem não faz sentido como mecanismo mental de funcionamento autônomo e só pode ser compreendida se tomada como um dos aspectos processuais das conversações constituídas nas interações humanas. Do mesmo modo, todo fenômeno lingüístico – tanto as interpretações “corretas” quanto as “equivocadas”, tanto enunciados “gramaticais” quanto “agramaticais” – merece atenção e pode ser entendido como resultado da participação prévia em uma história de conversações atualizada em circunstâncias específicas e dentro das possibilidades determinadas pelo presente estrutural do organismo. Por isso mesmo, a maneira de considerar o significado das regularidades observadas nas formas de coordenar coordenações de ações é outra, o que muda a noção de gramática:

Todo tipo de comportamento é realizado por meio de operações que podem ou não ser aplicadas recursivamente. Se a recursão é possível num tipo particular de comportamento, e se ela leva a casos de comportamento do mesmo tipo, então um domínio gerativo fechado de comportamento é produzido. Há muitos exemplos: a dança humana é um, a linguagem humana é outro. O que é peculiar sobre a linguagem, todavia, é que essa recursão ocorre por meio do comportamento de organismos num domínio consensual. Nesse contexto, a estrutura sintática superficial ou a gramática de uma língua natural dada pode apenas ser uma descrição das regularidades na concatenação de elementos do comportamento consensual. Em princípio, esta sintaxe superficial pode ser qualquer uma, porque sua determinação é contingente com a história de acoplamento consensual, e não é um resultado necessário de qualquer fisiologia necessária. Inversamente, a gramática universal da qual os lingüistas falam como um conjunto necessário de regras subjacentes, comuns a todas as línguas humanas naturais, pode se referir apenas à universalidade do processo de acoplamento estrutural recursivo que ocorre nos humanos pela aplicação recursiva dos componentes de um domínio consensual sem o domínio consensual. A determinação dessa capacidade de acoplamento estrutural recursivo não é consensual; ela é estrutural e depende inteiramente do sistema nervoso como uma rede neuronal fechada. Além disso, essa capacidade para acoplamento estrutural recursivo funciona tanto para as línguas faladas quanto para as de sinais dos seres humanos, e para os domínios lingüísticos de sinais e de símbolos estabelecidos com chimpanzés (GARDNER & GARDNER, 1974; PREMACK, 1974). Portanto, a estrutura requerida para uma gramática universal, entendida como a capacidade para o acoplamento estrutural recursivo na operação do sistema nervoso, não é exclusivamente humana. As contingências de evolução que levaram, no homem, ao estabelecimento da língua falada, todavia, são peculiarmente humanas. (MATURANA, 1978, p.152-3)

Do mesmo modo, a noção de *língua* deixa de fazer sentido como um conjunto particular de palavras e regras de combinação para ser compreendida como uma abstração surgida da descrição conjunta, pelo observador, de regularidades distinguidas nas formas de concatenação entre elementos das coordenações consensuais de ações observadas entre os membros de um grupo humano. Portanto, “falar a mesma língua” não é produto do compartilhamento mental de um léxico e um código gramatical, mas resultado da participação em uma mesma rede de conversações em que historicamente se estabilizaram certas formas recorrentes de combinação de elementos lingüísticos. Elementos

lingüísticos, aqui, podem tanto ser vocalizações quanto qualquer outro tipo de perturbação cognitiva que mostre um efeito diferencial recorrente ao surgir no curso das conversações consideradas. A língua existe inevitavelmente relacionada a uma rede de conversações e, na perspectiva conceitual da Biologia do Conhecer, isso pode ser formulado dizendo que a língua é um dos aspectos de uma cultura. Essa é a razão pela qual não existe fenômeno lingüístico independente do contexto sócio-cultural em que ocorre; da mesma maneira, o contexto em que uma ação lingüística é realizada não é independente da história de conversações prévias de uma pessoa, nem do seu presente estrutural – constituído, inclusive, por suas emoções (MAGRO, 1999; PAREDES, 2003).

1.3 Mente

A separação estrita entre *mente* e *corpo* constitui uma dicotomia fundamental na vertente principal da tradição ocidental de pensamento, pelo menos desde que Platão postulou a existência de um “mundo das idéias” como esfera separada e autônoma do mundo concreto sensorialmente cognoscível. Essa separação subjaz à maior parte das investigações filosóficas, e esteve presente no próprio lançamento do projeto de um método científico por Descartes, fazendo-se notar ainda em nossas reflexões mais cotidianas. Sendo assim, não é surpreendente que a maior parte do conhecimento relativo aos processos cognitivos e lingüísticos – como ficou evidenciado nas seções anteriores – se sustente na suposição da mente como um mecanismo abstrato de natureza universal, muitas vezes concebido como ontologicamente anterior à própria existência do mundo de objetos físicos que fazem parte de nossa experiência efetiva. Como já foi mencionado, esse caminho explicativo cria sérias dificuldades conceituais para dar conta de como fenômenos mentais podem influenciar processos corporais e, simultaneamente, como nossas interações sensoriais com outros sistemas físicos podem modular o curso de nossos pensamentos e sentimentos.

Dan Sperber e Deirdre Wilson – propositores da Teoria da Relevância, atualmente um dos mais influentes modelos explicativos para a interação entre processos sensoriais e operações mentais lógicas na origem dos processos de inferência de significado lingüístico – formulam assim esse impasse (SPERBER & WILSON, 1996, p.461):

Comunicação é um processo envolvendo dois dispositivos processadores de informação. Um dispositivo modifica o ambiente físico do outro. Como resultado, o segundo dispositivo constrói representações similares às representações já armazenadas no primeiro dispositivo. [...] A questão é: como um estímulo físico pode provocar a similaridade requerida quando não há qualquer similaridade entre os estímulos (e.g. padrões sonoros) de um lado e as representações (e.g. pensamentos humanos) que esses colocam em correspondência, de outro?

Como evidencia o trecho citado, a concepção de um plano físico concreto e outro mental abstrato com naturezas distintas e separadas torna difícil – de fato, impossível – explicar de maneira conceitualmente rigorosa e empiricamente

sustentada as relações efetivamente observadas entre fenômenos físicos e mentais. Via de regra, e mesmo Sperber & Wilson não fogem disso⁴, a solução encontrada consiste em postular a atuação de mecanismos não-observáveis que atuariam como intermediários epistêmicos tal como definidos por Davidson (vide acima).

Resolver esse problema conceitual requer uma transformação de como se compreendem os dois domínios fenomênicos envolvidos, e isso é efetuado no âmbito da Biologia do Conhecer. O entendimento do operar do corpo humano enquanto sistema físico estruturalmente determinado já foi exposto anteriormente em linhas bem gerais; vejamos agora o que ocorre em relação à noção de mente. Aqui, a mente é concebida não como uma entidade, mas como o domínio fenomênico das relações e interações do organismo (MATURANA, 1997 [1988]). Em conseqüência, a relação entre corpo e mente é de natureza gerativa e recursiva, de modo que os fenômenos mentais que podemos observar em nossa experiência ocorrem de maneira modulada pelos processos que estão acontecendo em nosso corpo, nossa fisiologia, e, ao mesmo tempo, essa última pode ser afetada pelo fluir de nossos processos mentais.

Assim, podemos explicar coerentemente como a ingestão de substâncias psicoativas, ou lesões no sistema nervoso, ou mudanças emocionais (isso é, mudanças em nossa disposição corporal dinâmica afetando a taxa de batimentos cardíacos, a liberação de hormônios específicos na corrente sanguínea, os níveis de tensão muscular e de relações de atividade entre os componentes do sistema nervoso) podem afetar o curso de nossos processos mentais, nossas habilidades ou “capacidades lógicas” e até o tipo de argumentos que aceitamos em um debate. Ou explicar o fato de que sentir uma leve fragrância nos desperte intensas lembranças há muito esquecidas, e que a audição de uma música transforme a maneira como estamos nos sentindo. Do mesmo modo, podemos compreender que interações conversacionais continuadas possam estabilizar certos estados fisiológicos e padrões mentais, cuja recorrência pode promover a saúde ou desencadear o surgimento de enfermidades. Ou que escutar a fala e ver os sinais escritos por alguém possa nos levar a experimentar processos mentais inéditos para nós, ou nos ajudar a desenvolver habilidades mentais que não possuíamos.

É importante enfatizar que esse entendimento das relações entre processos físicos e mentais prescinde de qualquer recurso a conceitos como representação e armazenamento de informações captadas, ou processamento computacional de representações simbólicas. Ainda, permite-nos compreender que os processos mentais são em certa medida padronizados em uma comunidade humana devido à similaridade estrutural de organismos vivendo na mesma rede de conversações. No entanto, essa padronização tem variações que dependem de peculiaridades sensoriais ou da conformação do sistema nervoso – uma pessoa cega pode desenvolver certas habilidades mentais que uma vidente ou uma surda não desenvolve, e vice-versa; uma pessoa “normal” realiza operações lingüísticas que outra, com danos cerebrais, não consegue. Ou, ainda, de variações estruturais relacionadas às emoções do momento: uma pessoa calma tem idéias e pode compreender seqüências lógicas que alguns minutos antes, quando estava irada (ou impaciente, ou insegura), não teria ou não poderia.

Do mesmo modo, o fato de haver crescido em uma rede de conversações particular – isso é, uma cultura – faz com que uma pessoa veja como óbvias, e

até mesmo naturais, formas de pensamento e padrões lógicos que alguém pertencente a outra cultura talvez só consiga compreender parcialmente e com muito esforço, por ter aprendido a distinguir objetos e estabelecer relações entre eles de maneira diversa. Esse tipo de diversidade cognitiva e mental que aparece quando se comparam culturas diferentes evidentemente envolve – nessa perspectiva conceitual – também elementos lingüísticos, tais como as variações observadas nos princípios de categorização lexical e nas regras gramaticais, que muitas vezes se referem à distinção e reflexão sobre aspectos da experiência negligenciados por outras línguas.⁵

Desse modo, em uma abordagem corporalizada não faz sentido a postulação da mente como um dispositivo abstrato (independente do organismo físico) com características universais e pré-existentes a cada ser humano particular mas, ao contrário, podemos compreender os processos mentais se atentarmos para as possibilidades interacionais engendradas pela estrutura corporal de cada pessoa, em um instante considerado como o presente de toda a sua história de interações com sistemas físicos diversos: outros organismos humanos, seres vivos de outras espécies e objetos inanimados.

Conclusão

Até aqui, examinamos alguns aspectos gerais da assim chamada abordagem corporalizada (*embodied*) no estudo dos fenômenos de linguagem, procurando evidenciar suas principais características pelo contraste com a perspectiva tradicional. Sem se pretender exaustivo, esse exame enfocou três conceitos-chave no diálogo entre os estudos lingüísticos e a filosofia.

Chegando a esse ponto, podemos agora tecer alguns comentários relativos a implicações dessa abordagem na reflexão sobre tópicos de interesse das investigações filosóficas, alinhando pontos que já apareceram ao longo do texto. Como resultados da aplicação de uma proposta recente de reformulação lógico-conceitual surgida em um campo disciplinar distinto, tais desdobramentos consistem menos em conclusões acabadas do que em direções que se abrem para um debate renovado acerca de temas propícios a um intercâmbio disciplinar entre lingüistas, filósofos e – por que não? – psicólogos, neurofisiólogos, pedagogos, sociólogos, profissionais e estudiosos da comunicação, antropólogos, teóricos da informação etc.

O primeiro ponto de interesse filosófico relaciona-se à própria origem do sistema conceitual constituído pela Biologia do Conhecer, e consiste na original postura epistemológica denominada de determinismo estrutural. Essa maneira de explicar fenômenos subverte toda uma tradição de pensamento que atribui ao meio circundante a propriedade de determinar as mudanças sofridas por um sistema; no caso dos processos lingüísticos, tal atitude fundamenta a lógica subjacente ao conceito de *informação* e seus correlatos. Assim, as correntes epistemológicas estabelecidas ganham um contraponto que pode ser bastante produtivo, ao colocar em discussão princípios lógicos tomados como dados e, por isso mesmo, mantidos sem questionamento. Nesse sentido, tal explicação biológica é congruente com e complementar a posições relevantes

nos debates epistemológicos contemporâneos, como a defendida por Richard Rorty (1995). Além disso, as implicações dessa mudança de perspectiva atingem não apenas a explicação operacional para os processos de produção de conhecimento, mas podem também iluminar reflexões éticas acerca das interações humanas envolvidas em práticas de ensino ou nas relações entre grupos humanos culturalmente distintos, por exemplo.

Uma outra vertente de debates que pode ser beneficiada por tal compreensão dos fenômenos lingüísticos abriga temas mais restritos e especializados dentro da filosofia como, por exemplo, a definição da natureza das relações de referência. Ao considerar tanto a experiência sensorial da presença de um objeto quanto as palavras (vocalizações, gestos, inscrições) e os fenômenos mentais a ele relacionados (a memória de um objeto conhecido, por exemplo) como resultados de processos corporais estruturalmente determinados, desencadeados nas interações com o meio ou na própria dinâmica interna de organismos com um sistema nervoso cuja organização faz com que os resultados das mudanças de relações de atividade entre seus componentes desencadeiem novas mudanças de relações de atividade, a perspectiva corporalizada permite que se entenda em que plano se cruzam processos cujos resultados são observados em domínios fenomênicos disjuntos. Em outras palavras, permite compreender que enunciados lingüísticos, experiências sensoriais e processos mentais “abstratos” são gerados pelo operar da mesma base física, e que isso é o que constitui a relação entre *referente* e *referido*, entre *significante* e *significado*. Dessa maneira, fornece uma explicação coerente em termos conceituais e empiricamente sustentada, o que as explicações fundadas na dicotomia *mente/corpo* não conseguem realizar, já que precisam postular mecanismos de natureza não-observável, propostos *ad hoc*.

Num plano mais amplo, todo o campo das reflexões sobre a mente tem na abordagem corporalizada um instrumento fecundo e revitalizante. O entendimento desse domínio de fenômenos como se constituindo e sendo observado processual e interacionalmente, de maneira determinada pela estrutura do organismo humano e modulada pelas transformações por ele sofridas em suas interações com o ambiente (que inclui outras pessoas) explica uma certa padronização dos processos mentais e comportamentais dentro de cada comunidade humana. Por isso mesmo, podemos compreender que o que se costuma substantivar como a mente humana não consiste em um dispositivo individual com características universais determinadas de maneira prévia e independente da existência de cada pessoa como ser vivo particular, mas sim constitui um campo interacional de possibilidades abertas, efetivadas conforme vão transcorrendo os diversos trajetos individuais de interação com objetos e pessoas. Assim existimos nós, e no entrelaçamento de nossas histórias conversacionais surgem os mundos que criamos, vivendo juntos.

Abstract

In a disciplinary setting characterized by a growing interest in cognitive and socio-cultural aspects of linguistic phenomena, this paper indicates some implications of

this shift in research concerning philosophical subjects. The present discussion is directed towards making explicit the differences between two explanatory paths, named here embodied and representationalist.

Keywords: Embodiment; Biology of cognition; Language studies; Philosophy.

Notas

- ¹ O desenvolvimento das ciências cognitivas a partir de um certo momento pode ser descrito como uma sucessão de tentativas de resposta a essa pergunta. Para uma versão “oficial” dessa história, escrita por um pesquisador que adota tal perspectiva, ver Gardner (1995). Para uma reconstituição feita a partir de outro ponto de vista, ver Dupuy (1996) levantando questionamentos relevantes à visão representacionista. Para uma crítica mais detalhada à noção de representação e suas diversas “versões” como explicação de processos cognitivos e linguísticos, ver Magro (1997 e 1999).
- ² Uma filogenia é uma sucessão de formas orgânicas aparentadas seqüencialmente por relações reprodutivas. E as mudanças observadas ao longo da filogenia constituem a transformação filogenética ou evolutiva”. (Maturana & Varela, 1984: 69). “A ontogenia é a história de transformações de uma unidade” (Maturana & Varela, 1973: 170), ou seja, é a história que vai do surgimento ao desaparecimento de um ser vivo individual.
- ³ Esse permanente esforço de não deixar enfraquecer a coesão interna do modelo parece ter sido bem recompensado, pois como observa Julie Andresen (1990), essa consistência conceitual foi frequentemente apontada como um dos principais atrativos da teoria chomskiana, sendo um dos fatores de seu enorme sucesso na linguística acadêmica durante décadas.
- ⁴ Para uma crítica detalhada das soluções conceituais encontradas por esses autores, ver Paredes (2001).
- ⁵ Benjamin Whorf, por exemplo, depois de descrever os aspectos verbais do hopi que denomina de *punctual* e de *segmentative*, sugere que o tipo de raciocínio construído na física quântica seria muito mais facilmente formulado nessa língua (WHORF, 1956 [1936]).

Referências bibliográficas

- ANDRESEN, Julie. Skinner and Chomsky thirty years later. *Historiographia Linguistica*. Amsterdam, v. XVII, n. 1/2, 1990, p. 145-165.
- BECKER, A. Language in particular: a lecture. In: *Beyond translation: essays toward a modern philology*. Ann Arbor: The University of Michigan Press, 1995 [1988].
- BECKER, A. Language and Languaging. *Language and Communication* 11(1/2): 33-5, 1991.
- BLOOMFIELD, Leonard. *Language*. London: George Allen & Unwin Ltd., 1933.
- CHOMSKY, Noam. *Cartesian Linguistics: a chapter in the history of rationalist thought*. New York: Harper and Row, 1966.
- CHOMSKY, Noam. *Language and mind*. New York: Harcourt Brace Jovanovich, 1972.
- CHOMSKY, Noam. *The minimalist program*. Cambridge: MIT Press, 1995.
- CHOMSKY, Noam. *Linguagem e mente*. Brasília: Ed. UnB, 1998.
- DAVIDSON, Donald. On the very idea of a conceptual scheme. In.: *Inquiries into truth and interpretation*. Oxford: Clarendon, 1984 [1974].
- DUPUY, Jean-Pierre. *Nas origens das Ciências Cognitivas*. São Paulo: UNESP, 1996.

- FOLEY, W. *Anthropological linguistics: an introduction*. Malden: Blackwell, 1997.
- GARDNER, Howard. *A Nova Ciência da Mente*. São Paulo: EDUSP, 1995.
- HARRIS, Roy. *The language myth*. New York: San Martin's Press, 1981.
- HARRIS, Roy & TAYLOR, Talbot. (Eds.) *Landmarks in Linguistic Thought: the Western tradition from Socrates to Saussure*. London: Routledge, 1989.
- HERRNSTEIN-SMITH, Barbara. *Contingencies of value: alternative perspectives for critical theory*. Cambridge: Harvard Press, 1988.
- INGOLD, Tim. *The Perception of the Environment: Essays in livelihood, dwelling and skill*. London: Routledge, 2000.
- KUHN, Thomas. *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva, 1982.
- LAKOFF, George & JOHNSON, Mark. *Philosophy In The Flesh*. New York: Basic Books, 1999.
- LAKOFF, G. & NÚÑEZ, Rafael. *Where Mathematics Comes From: How the Embodied Mind Brings Mathematics into Being*. New York: Basic Books, 2000.
- MAGRO, Cristina. *Languaging Language. Communication and Anti-Communication*. Publicação da American Society for Cybernetics. Washington D.C., dezembro de 1996.
- MAGRO, Cristina. *Representação, virtus dormitiva e linguagem*. Sessão de Comunicações Coordenadas no XLV Seminário do Grupo de Estudos Lingüísticos do Estado de São Paulo (GEL). Maio de 1997.
- MAGRO, Cristina. *Linguajando o Linguajar - da Biologia à Linguagem*. Campinas: IEL/ UNICAMP, 1999. (Tese de Doutorado em Lingüística).
- MAGRO, Cristina. *É possível uma lingüística da dança?*. In.: III Seminário de Dança Contemporânea: A Dança numa Perspectiva Transdisciplinar. Publicação em CD-ROM. Belo Horizonte: Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional/UFMG, 2003.
- MATURANA, Humberto. *Biologia da linguagem*. In.: MAGRO, Cristina; GRACIANO, Míriam & VAZ, Nelson (Orgs.). *Ontologia da realidade – Humberto Maturana*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1997 [1978], p. 123-166.
- MATURANA, Humberto. *Ontologia do conversar*. In.: MAGRO, GRACIANO & VAZ (Orgs.). *Ontología da realidade – Humberto Maturana*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1997 [1988], p. 167-186.
- MATURANA, Humberto. *A Biologia do Conhecer: suas origens e implicações*. In.: MAGRO, GRACIANO & VAZ (orgs.). *op. cit.* [1992]. pp. 17-30.
- MATURANA, Humberto & MPODOZIS, Jorge. *Percepção: configuração do objeto pela conduta*. In.: MAGRO, GRACIANO & VAZ (orgs.). *op. cit.* [1987]. pp. 67-76.
- MATURANA, Humberto & VARELA, Francisco. *De máquinas e seres vivos: autopoiese - a organização do vivo*. 3 ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997 [1973].

MATURANA, Humberto & VARELA, Francisco. *A árvore do conhecimento: as bases biológicas do entendimento humano*. São Paulo: Palas-Athena, 2001 [1984].

XXXX. Teoria da Relevância e Biologia do Conhecer: observações para um modelo de análise dos processos de inferência a partir de uma epistemologia biologicamente orientada. In: ALVES, F. *Teoria da Relevância e Tradução: conceituações e aplicações*. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2001.

XXXX. *Para nadar sem carregar repolhos – construindo um entendimento biologicamente orientado para as relações entre linguagem, cognição e cultura*. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2003. (Dissertação de Mestrado em Linguística)

REDDY, Michael. The conduit metaphor: a case of frame conflict in our language about language. In.: ORTONY, A. (ed.) *Metaphor and Thought*. Cambridge: Cambridge University Press, 1979, p. 164-201.

RORTY, R. *A filosofia e o espelho da natureza*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

SALOMÃO, Maria Margarida M. A questão da construção do sentido e a revisão da agenda dos estudos da linguagem. *Veredas: revista de estudos linguísticos*. Juiz de Fora, v.3, n. 1, pp. 61-79.

SPERBER, Dan & WILSON, Deirdre. Précis of *Relevance: communication and cognition*. In.: GEIRSSON, H. & LOSONSKY, M. (eds.) *Readings in language and mind*. Oxford: Blackwell, 1996.

VARELA, Francisco J., THOMPSON, Evan & ROSCH, Eleanor. *A Mente Incorporada - Ciências Cognitivas e Experiência Humana*. Porto Alegre: Artmed, 2003.

WHORF, Benjamin. The punctual and segmentative aspects of verbs in Hopi. In.: CARROLL, John (ed.). *Language, thought and reality: selected writings of Benjamin Lee Whorf*. Cambridge, Mass.: MIT Press, 1956 [1936]. pp. 51-56.